



Manobra do governo adia votação do Código Florestal

O líder do PSDB na Câmara, **Duarte Nogueira (SP)**, condenou a manobra da base governista para adiar novamente a votação do novo Código Florestal. Nogueira classificou o artifício como uma “grande comédia de erros”. “É lamentável. O governo impediu que o projeto fosse votado. Está evidenciado que a base se atrapalhou, foi incoerente e usou da força para impor uma derrota à sociedade”, protestou. “O importante é que o projeto será votado e vamos conseguir aprová-lo”, completou.

Para o líder da Minoria, **Paulo Abi-Ackel (MG)**, o pedido da liderança petista foi uma “falta de razoabilidade”. O deputado argumentou que o assunto está debatido e deve ser votado. O tucano garantiu que a oposição não vai “se curvar à força bruta da base e dará demonstração de que o Parlamento não se acovarda diante do governo”.

Depois de um dia de negociações, o líder do governo na Câmara, Cândido Vaccarezza (PT-SP), anunciou um

acordo para votar o projeto relatado por Aldo Rebelo (PCdoB-SP). Em seguida, subiu à tribuna e pediu o adiamento da apreciação.

Requerimento do PSol que pedia a retirada de pauta do projeto foi rejeitado pelo plenário - ou seja, a sessão de votação teria continuidade. Mas a manobra dos governistas levou ao encerramento da sessão. O presidente da Câmara, Marco Maia (PT-RS), pediu a verificação do quórum, mas só 190 deputados registraram presença. O necessário para que houvesse votação era 257. Sem a quantidade mínima de parlamentares, a sessão foi encerrada e a votação adiada, mais uma vez, para a próxima semana.

Ambientalista, o deputado **Ricardo Tripoli (SP)** protestou contra a aprovação da matéria. “A natureza inocente no banco dos réus não sabe defender-se, é muda”, declarou. O tucano não seguirá a orientação do partido, mas terá o respeito dos seus pares.

.....

“Da parte da oposição, houve coerência. O Código Florestal tem uma nuance moderna e vai ao encontro da preservação dos recursos naturais, mas garantindo segurança à agricultura. O governo usou a sua maioria para impor uma derrota à sociedade.”

■ Deputado Duarte Nogueira (SP)

.....

“Depois de uma discussão que dura mais de dois meses nesta legislatura, num ato de absoluta covardia, vem o governo querendo levar com ele todos os parlamentares que não têm nada a ver com os desencontros de uma base que não consegue se entender.”

■ Deputado Paulo Abi-Ackel (MG)

Aécio Neves altera parecer sobre MPs e garante aprovação unânime na CCJ

Após a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovar, por unanimidade, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC 11/11) que restringe o uso abusivo das medidas provisórias, o relator da matéria, senador **Aécio Neves (MG)**, comemorou os avanços alcançados para modificar a tramitação desse mecanismo no Congresso. Com o texto, o Parlamento retoma relevante papel na análise das medidas.

Na discussão, a oposição e o governo acertaram que as MPs deverão tratar de um único tema, não sendo mais permitidos os chamados “contrabandos”, assuntos que não possuem conexão com o objeto original. “Não se pode editar medida provisória sobre mais de um tema que não seja correlato, e nem mesmo incluir novos assuntos por meio de emendas do relator ou de parlamentares”, destacou Aécio.

Na opinião do senador, a MP é um instrumento a ser usado de forma excepcional. “Demos um passo adiante, mas não definitivo. Essa foi uma construção conjunta do Senado, a partir da Comissão de Constituição e Justiça, na criação de mecanismos com o objetivo de inibir o governo federal de editar uma medida provisória sobre temas que não tenham relevância e urgência.”

PRINCIPAIS MODIFICAÇÕES

- A MP entra em vigor desde sua edição, mas uma comissão de 12 senadores e 12 deputados analisa sua admissibilidade (se a matéria é urgente e relevante) em 10 dias;
- Caso a comissão negue a admissibilidade, a MP passa a tramitar como projeto de lei em regime de urgência;
- Se a MP for aceita, a Câmara terá 50 dias para votá-la e o Senado, 45 dias;
- Caso não seja votada nesses prazos em qualquer uma das Casas, a MP vai para o arquivo, perdendo sua validade;
- Se modificada no Senado, a MP volta à Câmara, que terá 15 dias para votá-la;
- A MP deverá tratar de um único tema e nem mesmo emendas do relator ou de parlamentares podem incluir novos temas.

Brasil não vive o mundo cor-de-rosa desenhado pelo PT, alerta Abi-Ackel

A visão da realidade brasileira extremamente otimista expressa pelo PT não se comprova no dia a dia da população. O alerta foi feito da tribuna pelo líder da Minoria na Câmara, **Paulo Abi-Ackel (MG)**. O tucano citou uma série de problemas que colocam por terra a visão “cor-de-rosa” manifestada pelo líder da bancada petista, Paulo Teixeira (SP), que discursou anteriormente.

“O Brasil das estradas e da infraestrutura é semelhante aos países africanos. O Brasil da falta de saneamento básico mais se parece com aquelas repúblicas paupérrimas do Caribe. A nação que ainda tem nas portas de nossas casas doenças que poderiam ter sido erradicadas há muito tempo assemelha-se a uma nação de muitos anos atrás”, afirmou.

O deputado citou males que atingem a nação e são ignorados pelo mundo virtual petista, como a desindustrialização e o sucateamento da infraestrutura.

De acordo com Abi-Ackel, uma prova de que o país não vive a estabilidade econômica é a nítida mudança de rumos do governo. Enquanto Lula incentivava um “falso ufanismo” e a ganância “irresponsável”, a atual gestão se vê obrigada a dar uma guinada diante da constatação de que o Brasil está em processo rápido de falência.

“Portanto, vem a senhora presidente da República promover os cortes no orçamento, de tal sorte que muitas cidades ficarão extremamente prejudicadas pela falta de obras e de conclusão de outras tantas, pela ausência de verbas e, por consequência, pela falta de merenda e de transporte escolar”, enumerou.

Abi-Ackel também lembrou que o PT votou contra o país em momentos históricos, como a apreciação do Plano Real. “Já dizia no Senado o ilustre Aécio Neves que, todas as vezes em que travamos alguma discussão no Parlamento, o PT não votou a favor do Brasil; votou, sim, a favor de seus ideais, muitos deles radicais.”



“O PT não admite, em hipótese alguma, seus equívocos e desacertos. Pelo contrário, tenta passar a todos os brasileiros uma visão absolutamente equivocada sobre a realidade em que vive o país.”

■ Deputado **Paulo Abi-Ackel (MG)**

Parlamentares destacam gargalos do ensino em discussão sobre Plano Nacional de Educação

Os deputados **Eduardo Barbosa (MG)** e **Rogério Marinho (RN)** apontaram os gargalos da educação e discutiram os métodos de avaliação do ensino público durante audiência da comissão especial que discute o Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2011-2020. Os tucanos defenderam o estabelecimento de diretrizes objetivas para que as metas do plano sejam cumpridas.

Segundo Barbosa, a qualidade da educação é o grande problema do setor. O país universalizou o ensino fundamental (apenas 2% das crianças estão fora da escola), mas muitos alunos saem do colégio sem ler e escrever corretamente.

De acordo com o tucano, o Brasil não tem um processo de avaliação eficaz para identificar as dificuldades dos













estudantes. “Os indicadores de avaliação não percebem, de fato, se o aprendizado existe e quais são as falhas.”

Para Barbosa, as metas do PNE são ousadas. “Não temos um diagnóstico para ver se elas poderão ser atingidas e temos um estrangulamento financeiro. Todo mundo avalia, nos debates já feitos, que os recursos disponíveis para a educação não atenderão às necessidades. É preciso avaliar qual o financiamento e a responsabilidade de cada ente federado para fazer cumprir essas metas.”

Marinho acredita que não existe um padrão para o método de ensino adotado nas escolas. O tucano critica a falta de atenção com a formação dos professores, que saem da universidade sem conhecer uma metodologia adequada.




Leia também em nosso blog:

- Deputados reprovam depoimentos das testemunhas de defesa de Jaqueline Roriz 
- Em visita ao Congresso, Serra propõe voto distrital para vereadores nas eleições de 2012 
- Tucanos apontam incompetência do Executivo na área de infraestrutura 
- Subcomissão de Portos fará radiografia dos sistemas portuário e hidroviário no país 
- Alberto Mourão sugere marco regulatório para liberação de licenças ambientais 
- Duplicação de rodovia no Maranhão começa em setembro, acredita Brandão 
- Imigrantes brasileiros sofrem com retenção de objetos nas alfândegas 
- Segue para Câmara projeto de Marisa Serrano que prevê iniciação esportiva nas escolas 
- Tripoli solicita detalhes sobre desmatamento na Amazônia Legal 
- Medidas da gestão Dilma para energia elétrica promovem um curto-circuito no bolso do contribuinte 
- Direto do Twitter, com os deputados William Dib (SP), Rogério Marinho (RN), Eduardo Gomes (TO) e Luiz Carlos (AP) e o senador Alvaro Dias (PR) 
- Direto do Plenário, com o deputado Nelson Marchezan Junior (RS) e os senadores Cyro Miranda (GO) e Mário Couto (PA) 

EXPEDIENTE - Câmara dos Deputados - Anexo II, sala 131 CEP 70160-900 Brasília (DF) ■ Telefone: (61) 3215-9351 ■ Fax: (61) 3215-9350

■ Coordenador de redação: Marcos Côrtes ■ Editores: Elisa Tedes e Gabriel Garcia ■ Reportagem: Alessandra Galvão, Artur Filho, Djan Moreno, Laize de Andrade e Letícia Bogéa ■ Editora da Rádio PSDB: Ana Maria Mejia ■ Diagramador: Francisco Maia ■ Op. de áudio: Elyvio Blower

As notas com conteúdo adicional no blog estão identificadas com  , enquanto aquelas com boletim de rádio disponível em nosso site têm o símbolo 